

Guia de Abordagem ao Mercado Moçambicano

Sectores dos Queijos,
Enchidos, Presunto e Azeite



Cofinancado por:

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020

União Europeia
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Índice

<i>Nota Introdutória</i>	7
1 - Apresentação de Moçambique	9
1.1 - Caracterização do Território	11
1.2 - Caracterização Económica	14
1.3 - Principais Indicadores Macroeconómicos	16
1.4 - Infraestruturas	18
1.5 - Caracterização da População	21
1.6 - Trocas Comerciais do Sector Agroalimentar	24
1.7 - Características do Mercado	27
2 - O Sector do Queijo em Moçambique	29
2.1 - Mercado de Queijo	31
2.2 - Produção de Queijo	32
2.3 - Trocas Comerciais de Queijo	34
2.4 - Consumo de Queijo	36
3 - O Sector dos Enchidos e Presunto em Moçambique	37
3.1 - Mercado de Enchidos e Presunto	39
3.2 - Produção de Enchidos e Presunto	40
3.3 - Trocas Comerciais de Enchidos e Presunto	41
3.4 - Consumo de Enchidos e Presunto	43
4 - O Sector do Azeite em Moçambique	45
4.1 - Mercado de Azeite	47
4.2 - Produção de Azeite	48
4.3 - Trocas Comerciais de Azeite	49
4.4 - Consumo de Azeite	51
5 - Acesso ao Mercado	53
5.1 - Exportação - Normas e Procedimentos	55
5.2 - Principais Restrições	57
5.3 - Acordos de Comercialização	58
5.4 - Logística	59
6 - Entidades Oficiais e Outras	61
6.1. Em Portugal	63
6.2. Em Moçambique	64
7 - Outras Informações	67
8 - Notas Finais	71
9 - Fontes	75

Índice de Quadros

Quadro 1 – Divisões territoriais de Moçambique 11

Quadro 2 – Principais indicadores macroeconómicos de Moçambique 16

Quadro 3 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de queijo e requeijão 32

Quadro 4 – Classificação pautal de queijos 32

Quadro 5 – Principais origens das importações moçambicanas de queijo e requeijão (2016) 34

Quadro 6 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de enchidos e presunto .. 40

Quadro 7 – Classificação pautal de enchidos e presunto 40

Quadro 8 – Principais origens das importações moçambicanas de enchidos e presunto (2016) 41

Quadro 9 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de azeite 48

Quadro 10 – Classificação pautal de azeite..... 48

Quadro 11 – Principais origens das importações moçambicanas de azeite (2016) 49

Quadro 12 – Principais agentes económicos do setor alimentar a operar em Moçambique 59

Índice de Figuras

<i>Figura 1 – Bandeira de Moçambique</i>	11
<i>Figura 2 – Território de Moçambique</i>	12
<i>Figura 3 – Doze pilares da competitividade para Moçambique</i>	15
<i>Figura 4 – Evolução da população moçambicana (2000 - 2016)</i>	21
<i>Figura 5 – Distribuição demográfica em Moçambique (2016)</i>	21
<i>Figura 6 – Esperança média de vida da população moçambicana (2000 - 2016)</i>	22
<i>Figura 7 – Rendimento bruto nacional per capita, em Moçambique (2000 - 2016)</i>	23
<i>Figura 8 – Evolução da balança comercial dos sectores agrícola, agroalimentar, mar e florestas, Portugal - Moçambique (2012 - 2016)</i>	24
<i>Figura 9 – Evolução da balança comercial do sector agroalimentar, Portugal – Moçambique (2012 - 2016)</i>	25
<i>Figura 10 – Principais produtos agrícolas e agroalimentares portugueses exportados para Moçambique</i>	25
<i>Figura 11 – Principais produtos agrícolas e agroalimentares moçambicanos importados por Portugal</i>	26
<i>Figura 12 – Principais problemáticas para a realização de negócios</i>	27
<i>Figura 13 – Evolução das importações moçambicanas de queijo e requeijão (2012 - 2016)</i>	34
<i>Figura 14 – Origens do queijo e requeijão; valores unitários (2016)</i>	35
<i>Figura 15 – Evolução das importações moçambicanas de enchidos e presunto (2012 - 2016)</i>	41
<i>Figura 16 – Origens dos enchidos e presunto; valores unitários (2016)</i>	42
<i>Figura 17 – Origens do azeite; valores unitários (2016)</i>	49
<i>Figura 18 – Evolução das importações moçambicanas de azeite (2012 - 2016)</i>	50

Nota Introdutória

A exportação de produtos agroalimentares é hoje fundamental para a continuidade e desenvolvimento de muitas empresas, sendo uma boa estratégia de internacionalização a base para uma correta abordagem aos mercados. Para os Jovens Agricultores e Jovens Empresários Rurais, a estratégia deverá passar por um conhecimento específico dos mercados a abordar, nomeadamente do seu enquadramento socioeconómico, da caracterização cultural e das bases de negociação comercial.

O objetivo do presente Guia consiste em apresentar, de uma forma simplificada, as principais informações relevantes para a abordagem ao mercado dos queijos, enchidos, presunto e azeite, em Moçambique, ajudando a definir as estratégias a adotar para a comercialização destes produtos.

Nos últimos anos, o sector agroalimentar foi aquele que maior peso teve no valor acrescentado bruto nacional, apresentando-se como um dos pilares da economia portuguesa. Não obstante, a falta de escala que caracteriza os produtores nacionais não lhes permite ter uma capacidade de competição contra as grandes potências agrícolas internacionais. Isto leva, inevitavelmente, à opção pela associação e pela organização da produção, por forma a ganhar economias de escala e reduzir custos de exploração, muitas vezes com o objetivo de aumentar a exportação de produtos.

Neste Guia serão abordados os vários aspetos essenciais ao processo de internacionalização, pretende-se assim dotar os Jovens Agricultores e os Jovens Empresários Rurais do sector dos queijos, enchidos, presunto e azeite, com as ferramentas necessárias para o sucesso da sua entrada no mercado de Moçambique.

1 - Apresentação de Moçambique



1 - Apresentação de Moçambique

1.1 - Caracterização do Território

A República de Moçambique localiza-se na África Austral e tem uma população estimada, em 2016, de 28,8 milhões de habitantes. Em área territorial, é o 34º maior país do mundo, com cerca de 799.380 km², dos quais 13.000 km² são de águas interiores. A capital do país é a cidade de Maputo e a língua oficial é o Português, embora existam mais de quarenta dialetos em território moçambicano.

Figura 1 – Bandeira de Moçambique



Moçambique estende-se no sentido Norte-Sul e encontra-se voltado para o Oceano Índico, ao longo de 2.515 km de linha de costa. O país está dividido em onze Províncias.

Quadro 1 – Divisões territoriais de Moçambique

Região	Província	Capital	Área (km²)
Norte	Niassa	Lichinga	129.056
Norte	Cabo Delgado	Pemba	82.625
Norte	Nampula	Nampula	81.606
Centro	Zambézia	Quelimane	105.008
Centro	Tete	Tete	100.724
Centro	Manica	Chimoio	61.661
Centro	Sofala	Beira	68.018
Sul	Inhambane	Inhambane	68.615
Sul	Gaza	Xai-Xai	75.709
Sul	Maputo	Matola	26.058
Sul	Maputo (cidade)	Cidade de Maputo	300

Fonte: Wikipedia

O país inclui no seu território um conjunto alargado de ilhas, das quais se podem destacar, pelo seu interesse histórico e turístico:

- O Arquipélago das Quirimbas, no qual se inclui a Ilha do Ibo (Província de Cabo Delgado)
- A Ilha de Moçambique, Património Cultural da Humanidade (Província de Nampula)
- A Ilha de Angoche (Província de Nampula)
- O Arquipélago de Bazaruto, que inclui as ilhas do Bazaruto, Santa Carolina, Benguéra, Magaruque e Bangué (Província de Inhambane)
- As ilhas da Inhaca, dos Elefantes e da Xefina, na Baía de Maputo (Província de Maputo)

A fronteira terrestre, com uma extensão de 4.330 km, é delimitada a Norte pela Tanzânia, a Ocidente pelo Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul e Suazilândia, a Sul pela África do Sul e a Este pelo Oceano Índico.

O país encontra-se estrategicamente posicionado, uma vez que quatro dos seis países com quem confina no interior são dependentes dele como canal para os mercados globais. Os fortes laços de Moçambique com o motor económico da região, a África do Sul, sublinham a importância do seu desenvolvimento económico, político e social para a estabilidade e crescimento da África Austral.

Para quem pretenda operar à escala nacional, a distância entre os extremos Norte e Sul do país impõe desafios de natureza logística e operacional, e por vezes de segurança, dependendo da situação política. Por outro lado, a costa índica é a plataforma de internacionalização dos países vizinhos do interior, e por isso foram criados em Moçambique os “corredores”, que são regiões de desenvolvimento circunscritas que se estendem entre o interior e o litoral.

Figura 2 – Território de Moçambique



Fonte: Wikipedia

Face a Portugal a diferença de fuso horário de Moçambique é de mais duas horas no horário de inverno e de mais uma hora no horário de verão.

O clima é influenciado pelas monções do Oceano Índico e pela corrente quente do Canal de Moçambique (porção do Oceano Índico situado entre a costa da África Oriental e Madagáscar). O clima é tropical e húmido e tem uma estação seca, que no Centro/Norte varia de quatro a seis meses e no Sul de seis a nove meses. As chuvas ocorrem entre outubro e abril. Nas montanhas, o clima é tropical de altitude. As temperaturas médias variam entre 20° no Sul e 26° a Norte. As temperaturas mais elevadas verificam-se na época das chuvas.

Cerca de 40% do território tem até 200 metros de altitude, seguindo-se uma região que abrange as áreas de Cabo Delgado, de Nampula e do interior de Inhambane, onde se encontram planaltos com altitudes entre 200 e 600 metros, e que se prolonga, entre Manica e Sofala, para uma região mais elevada, com cerca de 1.000 metros de altitude. A esta zona segue-se uma faixa montanhosa, junto às fronteiras terrestres de Moçambique, onde se encontram os pontos mais elevados do país, 2.436 metros no monte Binga (Manica) e 2.419 metros nos picos Namule (Zambézia).

O relevo e o clima tropical caraterísticos do país originam numerosas bacias hidrográficas, entre as quais:

- A Bacia do rio Rovuma (Províncias do Niassa e de Cabo Delgado)
- A Bacia do rio Lúrio (Províncias de Cabo Delgado e Nampula)
- A Bacia do Rio Zambeze (Províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia)
- A Bacia do rio Save (Províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Sofala)
- A Bacia do rio Limpopo (atravessa largas extensões da África do Sul, Botswana e Zimbabwe antes de entrar na Província de Gaza e desaguar perto da cidade de Xai-Xai)
- A Bacia do rio Incomati (atravessa a África do Sul, a Suazilândia e entra em território Moçambicano para desaguar na Baía de Maputo).

1.2 - Caracterização Económica

Nos últimos anos, a economia moçambicana tem conseguido manter elevados índices de crescimento económico, a uma taxa média anual superior a 7%. No entanto, o país apresenta diversas debilidades estruturais, nomeadamente um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* muito reduzido, que se reflete numa elevada taxa de pobreza, que abrange quase metade da população.

Moçambique obteve a sua independência em 1975, tendo a sua história ficado marcada por uma longa guerra civil, que afetou de forma significativa a estrutura socioeconómica do país. O fim da guerra civil, em 1992, foi acompanhado pela introdução de importantes reformas na Constituição, que culminaram com o estabelecimento do sistema democrático e a proclamação das liberdades fundamentais.

As primeiras eleições gerais, democráticas e multipartidárias realizaram-se em 1994. Após a assinatura do Acordo Geral de Paz, vários indicadores relativos ao desenvolvimento humano evoluíram positivamente, tais como o PIB *per capita*, os índices de pobreza e a esperança média de vida. Este desempenho deveu-se à implementação de políticas macroeconómicas credíveis e a reformas estruturais, tendo-se ainda contado com um ambiente externo favorável e com o apoio de doadores.

Apesar de ter aumentado, o rendimento *per capita* em Moçambique está cerca de 40% abaixo da média da África Subariana. Embora as políticas macroeconómicas se tenham mantido, a agenda de reformas estruturais continua extensa.

Dotado de abundantes recursos naturais, de entre os quais se destacam o potencial hidroelétrico, reservas de gás natural, carvão e minerais (titânio, tântalo e grafite, entre outros), 2.515 km de costa com numerosos recursos pesqueiros, que constituíam a principal fonte de exportação do país até ao desenvolvimento da indústria do alumínio, Moçambique tem o desafio de alcançar uma gestão prudente dos recursos, aliada à diversificação da economia e à distribuição mais equilibrada dos proveitos.

Moçambique tem vindo a tornar-se um caso de sucesso entre as economias africanas, e tem assumido um papel de relevo no contexto da África Austral, dado o seu elevado potencial agrícola e por ser fornecedor de energia para a região. Por beneficiar de uma localização estratégica, o país é considerado uma plataforma de entrada e de saída no mercado da SADC (*Southern African Development Community*), que agrega mais de 335 milhões de consumidores, de acordo com dados de 2017.

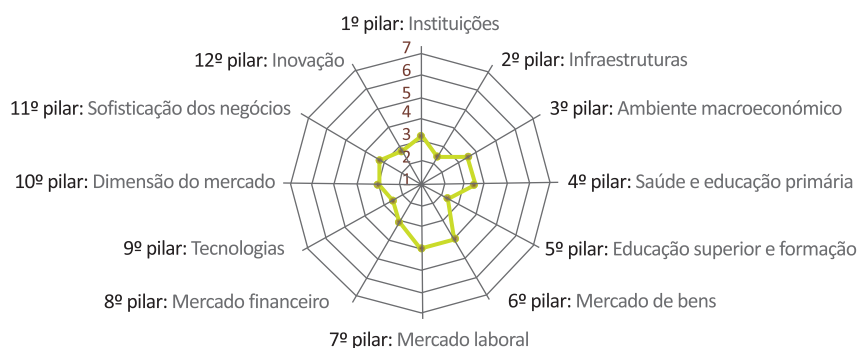
Enquanto estado dependente dos fluxos de ajuda externa, e sem esquecer as históricas e tradicionais ligações a Portugal e África do Sul, Moçambique tem procurado manter boas relações com os principais parceiros que apoiam o seu desenvolvimento, em especial com o Banco Mundial, a União Europeia, os Estados Unidos da América, a China, a Rússia, a Índia, o Japão, a Tailândia e a Coreia do Sul.

De acordo com o *Global Competitiveness Report 2016-2017* do *World Economic Forum*, Moçambique mantém-se na 133ª posição desde 2013-2014. A pontuação de Moçambique é muito baixa no que se refere à oferta de infraestruturas, ensino superior, formação, inovação e sofisticação dos negócios.

Comparativamente com outros países de baixos rendimentos da região, Moçambique encontra-se numa posição inferior, principalmente no que diz respeito aos fatores relacionados com a qualidade do sistema de saúde e com a educação. Estes fatores limitam a capacidade concorrencial das empresas moçambicanas no mundo.

Além disso, a legislação laboral de Moçambique impõe custos elevados às empresas que apostem em alguém que ainda possa vir a precisar de formação no local de trabalho: a legislação laboral moçambicana proíbe que as empresas façam uso de contratos a termo para tarefas permanentes e impõe-lhes um dos mais elevados custos de despedimento de toda a África Subsariana.

Figura 3 – Doze pilares da competitividade para Moçambique



Fonte: Global Competitiveness Report 2016-2017

No que respeita à distribuição sectorial, a economia moçambicana é relativamente diversificada. Dados de 2016 indicam que o sector dos serviços tem um peso predominante, contribuindo com cerca de 55% para o PIB, apesar de ser responsável por somente 13% do emprego.

De seguida, surge o sector agrícola com um contributo de 25% para o PIB, mas com um peso de 81% no emprego, e a indústria, com um contributo de 20% para o PIB, mas que emprega apenas 6% da força laboral. Relativamente aos numerosos recursos minerais disponíveis, nomeadamente carvão e gás natural (Moçambique é um dos principais detentores mundiais de reservas de gás natural) e aos projetos de investimento em curso, espera-se, no futuro, um peso mais significativo deste sector na estrutura económica do país.

1.3 - Principais Indicadores Macroeconómicos

A economia moçambicana apresenta alguns sinais de recuperação, após um ano de 2016 difícil, com um abrandamento acentuado do crescimento e impactos na valorização da moeda e na inflação do país. O PIB, no primeiro trimestre de 2017, aumentou 2,9%, mais do dobro da taxa de crescimento do trimestre anterior.

O metical teve uma contínua desvalorização durante quase todo o ano 2016, tendo-se registado uma franca recuperação nos primeiros meses de 2017. Uma forte política monetária foi a chave desta mudança e também contribuiu para o lento alívio da inflação em 2017.

A consolidação dos preços do carvão, alumínio e gás, bem como a recuperação, após o El Niño, na agricultura, e ainda o progresso das conversações de paz, levaram ao crescimento económico em 2017, prevendo-se que o mesmo atinja os 7%.

A inflação mantém-se muito elevada, próxima dos 18%, com implicações diretas para as famílias moçambicanas e para a política monetária, que procura assegurar um ambiente de preços estáveis.

A taxa de juro dos empréstimos em Moçambique encontra-se entre as mais elevadas na África Subsaariana e as taxas de empréstimo bancárias comerciais da região, na ordem dos 30%, são proibitivamente elevadas para grande parte do sector privado.

Uma taxa de câmbio mais forte, o alívio da inflação e os níveis de crédito mais baixos sugerem que o ciclo da política monetária poderá começar a abrandar, à medida que a economia continua a ajustar-se. No entanto, esta transição irá necessitar de uma resposta da política fiscal coordenada e robusta.

Quadro 2 – Principais indicadores macroeconómicos de Moçambique

Indicador	Unidade	2014 ^a	2015 ^b	2016 ^c	2017 ^c	2018 ^c	2019 ^c
População	Milhões	27,2	28	28,8	29,7	30,5	31,2
PIB preços de mercado ¹	10 ⁹ MZN	531,8	592	689,9	793	895,2	1 000,2
PIB preços de mercado ¹	10 ⁹ EUR	14,43	12,56	9,76	11,29	12,56	11,29
PIB <i>per capita</i> (em PPP)	EUR	965	1 011	1 033	1 069	1 113	n.d.
Crescimento real do PIB	%	7,4	6,6	3,8	4,2	4,8	5,3
Consumo Privado ²	Var. %	4,7	4,1	-12,3	0,9	11,6	3,1
Consumo Público ²	Var. %	4,2	11,8	-11,6	-10,8	7,5	1,6
Formação bruta de capital fixo ²	Var. %	24	-24,9	-1,2	-0,4	1,8	5,2
Taxa de inflação (média)	%	2,3	2,4	19,9	16,4	8,4	5,9
Saldo do sector público	% do PIB	-11	-6,1	-9	-6,3	-2,8	-4,4
Saldo da balança corrente	10 ⁹ EUR	-4,9	-4,9	-3,6	-2,1	-2,4	-2,9
Saldo da balança corrente	% do PIB	-38,2	-39,4	-36,1	-18,6	-19	-22,1
Dívida pública	% do PIB	62,4	88,1	115,2	106,9	103,6	99,7
Dívida externa	10 ⁹ EUR	10,25	11,90	12,14	11,90	12,02	12,37

Notas: (a) Valores anuais; (b) Estimativas; (c) Previsões; (1) Preços correntes; (2) Preços constantes; n.d. não disponível
MZN – Metical; EUR – Euro

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU); International Monetary Fund (IMF)

Sem o progresso no processo de reestruturação da dívida até à data, a posição da dívida do país mantém-se insustentável. A massa salarial continua a ser uma fonte significativa de pressão, dados os recentes cortes no orçamento do investimento público terem afetado os sectores económico e social. Os riscos fiscais, particularmente para algumas das grandes empresas públicas de Moçambique, estão a materializar-se e podem comprometer os esforços de recuperação.

No médio prazo (2017-2020), a diminuição da procura global de *commodities*, que constitui um entrave ao crescimento das principais exportações moçambicanas, deverá limitar o crescimento médio anual do PIB a 5,8%. Um excesso de oferta e uma procura externa irregular impedirão novos investimentos em bens de equipamento no sector carbonífero e poderão retardar a exploração dos depósitos de grafite, titânio e ouro. No entanto, graças aos baixos custos operacionais do sector extrativo e à forte procura por parte da Índia (o principal destino das exportações moçambicanas), a produção de carvão deverá aumentar neste período.

Os investidores continuam determinados no desenvolvimento de infraestruturas dirigidas à exportação de gás natural liquefeito, potencialmente um dos futuros motores do crescimento económico de Moçambique, se bem que a sua produção não se deve iniciar antes de 2022 (2 a 4 milhões de toneladas/ano).

Deverá manter-se o fraco desempenho dos sectores tradicionais, embora se perspetive uma retoma da produção agrícola a partir do próximo ano. O crescimento das pequenas explorações agrícolas, que empregam a maioria da população, deverá manter-se contido por força de restrições de ordem estrutural. O desempenho dos sectores de mão-de-obra intensiva deverá, no entanto, assinalar uma retoma gradual, tirando partido da melhoria do fornecimento de energia e das infraestruturas portuárias.

O crescimento das exportações moçambicanas será impulsionado pelo carvão que, em breve, deverá constituir a principal exportação do país. A abertura do Corredor Logístico de Nacala diminuirá os constrangimentos do seu transporte que, conjugados com uma moeda fraca, fará crescer a competitividade do carvão moçambicano. O sector industrial continuará, no entanto, bastante vulnerável a greves, fatores meteorológicos que perturbam o transporte de mercadorias e a quebras na procura externa.

Nos anos seguintes, ou seja, a partir de 2020, prevê-se uma subida das compras ao exterior, impulsionada pelo aumento do preço do petróleo e pelo incremento de bens e serviços destinados ao sector do gás.

A balança de serviços manter-se-á deficitária com o saldo negativo a aumentar no período 2019-2020, em resultado de uma maior necessidade de serviços técnicos especializados provenientes do exterior, dirigidos sobretudo ao sector do gás.

O défice da balança de rendimentos também irá aumentar à medida que as empresas estrangeiras começam a repatriar os lucros crescentes resultantes do investimento em projetos na indústria extrativa, prevenindo-se ainda o crescimento da dívida externa. Embora em quebra gradual, provocada pela diminuição da ajuda externa, a balança de transferências continuará excedentária.

1.4 - Infraestruturas

Moçambique enfrenta deficiências ao nível das infraestruturas básicas (transportes, acesso a redes elétricas, estradas, fontes de água potável, saneamento, telecomunicações e serviços de internet), para além dos elevados preços das viagens, que tornam Moçambique pouco acessível aos mercados externos.

É necessário um investimento público substancial para fazer face ao défice de infraestruturas e, por isso, a expansão das redes de infraestruturas constitui uma componente-chave do programa de crescimento e alívio da pobreza delineado pelo governo.

A necessidade de levar gás natural aos mercados globais impulsionará o sector dos transportes em Moçambique. Todos os principais portos precisam de ser ampliados ou atualizados, são necessárias novas estradas e linhas ferroviárias, a companhia aérea local precisa de expandir a sua frota e novas operadoras aéreas deverão entrar no mercado nos próximos anos.

Moçambique está dividido em três corredores de desenvolvimento que ligam os portos aos países do interior: corredor de Maputo (Sul), corredor da Beira (Centro) e Corredor de Nacala (Norte). Esses corredores incluem múltiplos subsectores de logística de transporte e de desenvolvimentos industriais.

Infraestruturas Rodoviárias

Moçambique ocupa a 123ª posição (entre 138 países) relativamente a “Quality of overall infrastructure”, de acordo com o *Global Competitiveness Report 2016-2017* do *World Economic Forum*. Em termos de “Quality of roads”, ocupa a 133ª posição e, numa escala de 0 a 7, obteve uma pontuação de 2,4. As infraestruturas rodoviárias estão, como se pode verificar pelas posições acima, muito aquém do desejável.

De acordo com a AICEP, em 2014 a extensão da rede rodoviária era de 30.515 km. No entanto, apenas 6.404 km eram estradas pavimentadas. O transporte rodoviário é a principal forma de transporte doméstico. As infraestruturas rodoviárias são muito escassas, com apenas uma grande estrada, a EN1, ligando o Norte ao Sul do país. Não existem empresas de transporte de mercadorias que ofereçam serviços de transporte em todo o país. A maior empresa logística - Transportes Lalg, oferece os seus serviços no Sul e no Centro do país, com conexões para África do Sul e Zimbábue.

Os transportes rodoviários públicos são praticamente inexistentes, de baixa qualidade e de baixa periodicidade. A face mais visível da deficiência de transportes é a proliferação dos “my love”, carrinhas de caixa aberta para onde se trepa e se é transportado agarrado aos passageiros do lado, para não cair.

Infraestruturas Ferroviárias

Em termos de “Quality of railroad infrastructure”, de acordo com o *Global Competitiveness Report 2016-2017* do *World Economic Forum*, Moçambique ocupa a 78ª posição (entre 138 países) e, numa escala de 0 a 7, obteve uma pontuação de 2,4.

O sistema ferroviário está desenhado para permitir a ligação de Moçambique com os outros países da região. A economia interna pouco se serve da rede ferroviária, pois o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias é o transporte rodoviário. De acordo com a AICEP, em 2014 a extensão da rede ferroviária era de 4.787 km.

A rede ferroviária de Moçambique cobre as rotas de Leste a Oeste: desde a África do Sul até ao porto de Maputo, desde o Zimbabué até ao porto da Beira e desde a Zâmbia/Malawi até ao porto de Nacala. Não existem rotas Norte-Sul. Existiram grandes reabilitações na linha de Sena, desde a área de carvão de Moatize até à Beira. A linha da Província de Tete para Nacala foi construída recentemente para lidar principalmente com as exportações de carvão.

Investimentos futuros em linhas ferroviárias estarão diretamente ligados ao preço do carvão ou de outras *commodities* importantes para exportação. Os Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique estão sob pressão para modernizar as linhas ferroviárias, no sentido de melhorar a segurança e a capacidade de carga, apesar da falta de financiamento e *know-how* tecnológico.

Infraestruturas Portuárias e Marítimas

Em termos de “Quality of port infrastructure”, de acordo com o *Global Competitiveness Report 2016-2017* do *World Economic Forum*, Moçambique ocupa a 92ª posição (entre 138 países) e, numa escala de 0 a 7, obteve uma pontuação de 3,5, valor que é também bastante baixo.

Os principais portos comerciais estão localizados em Maputo/Matola, Beira, Nacala e Pemba. Os operadores portuários são alocados por concessões operacionais de longo prazo. A Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, empresa estatal portuária e ferroviária, tem participação em todas as concessões portuárias. Os portos locais estão conectados por via férrea e rodoviária a países do interior e regiões de mineração. O Malawi, a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbabué usam todos os portos moçambicanos para parte das suas exportações e importações.

O maior e mais desenvolvido porto é o de Maputo. A maior parte da carga que passa pelos portos de Maputo e Matola trata-se de carvão, ferrocrómio, veículos, açúcar e fruta.

Em 2016 foi concluída uma grande operação de dragagem do porto de Maputo, que aumentou a profundidade do canal de acesso de 11 para 14 metros, permitindo receber navios de maior capacidade. A dragagem do canal de acesso ao porto de Maputo foi iniciada em 2015 e representou um investimento de 77 milhões de euros.

O segundo maior porto moçambicano, situado na Beira, registou melhorias significativas ao longo da última década e é o principal porto de entrada do Zimbabué no mercado mundial.

O terceiro maior porto de Moçambique é Nacala, tendo sido renovado recentemente e esperando-se a expansão das suas operações para acomodar mais contentores e carga refrigerada. O porto de Nacala também pode tornar-se um porto de logística para a indústria do petróleo e do gás. O adjacente porto de Nacala A Velha é um grande terminal de carvão. O porto de Nacala recebe ainda as exportações e importações da Zâmbia e do Malaui.

Infraestruturas Aeroportuárias

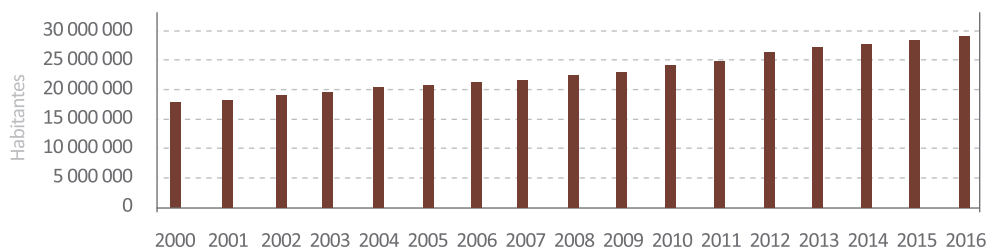
Em termos de “Quality of air transport infrastructure”, de acordo com o *Global Competitiveness Report* 2016-2017 do *World Economic Forum*, Moçambique ocupa a 113ª posição (entre 138 países) e, numa escala de 0 a 7, obteve uma pontuação de 3,4.

Moçambique tem atualmente 11 aeroportos: Maputo, Pemba, Vilanculos, Beira, Inhambane, Nampula, Nacala, Tete, Matunda, Quelimane, Chimoio e Lichinga. Moçambique tem uma companhia aérea nacional, a Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), que detém o monopólio do transporte aéreo há décadas. Este sector tem um grande potencial de crescimento, uma vez que Moçambique atrai muitos investidores estrangeiros e esforça-se por se tornar um destino turístico de eleição. As companhias aéreas internacionais, que têm voos regulares para Maputo, são a South African Airways, Kenyan Airways, Turkish Airlines, Qatar Airways, TAP (Portugal) e TAAG (Angola).

1.5 - Caracterização da População

De acordo com o *African Statistical Yearbook 2017*, Moçambique tinha uma população estimada de 28,8 milhões, em 2016, o que representa um aumento de 4,6 milhões de 2010 para 2016. A densidade populacional média ronda 36 habitantes/km². Cerca de 33% da população reside nas cidades, sendo Maputo, Beira e Nampula as cidades mais populosas.

Figura 4 – Evolução da população moçambicana (2000 - 2016)

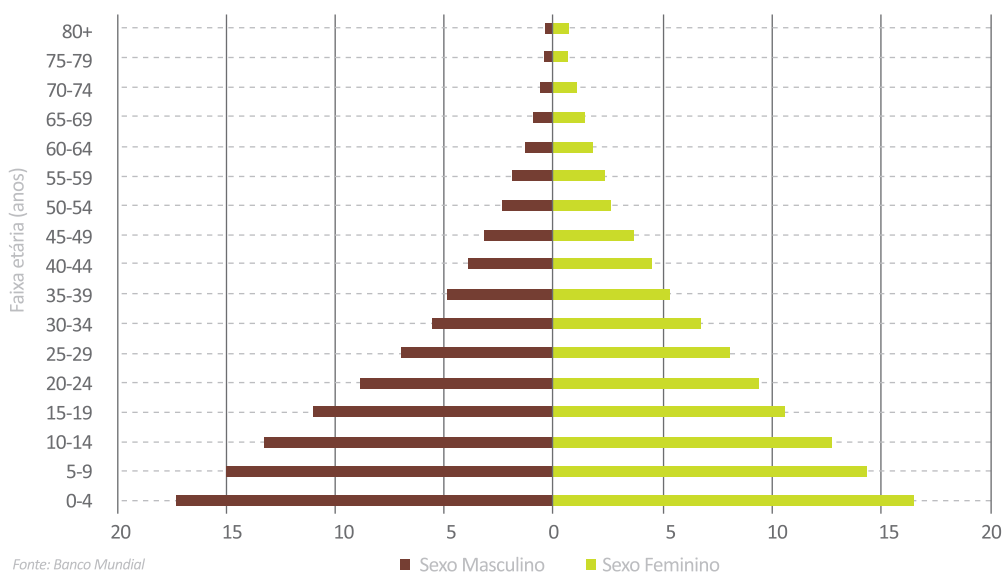


Fonte: Banco Mundial

Moçambique é conhecido pela sua diversidade cultural, religiosa e linguística. Os principais grupos étnicos de Moçambique incluem numerosos subgrupos com diversas línguas, dialetos, culturas e histórias. Muitos estão ligados a grupos étnicos semelhantes que vivem em países do interior. Nos principais centros populacionais as comunidades chinesa e brasileira estão em crescimento, contudo a comunidade portuguesa tem vindo a diminuir ligeiramente nos últimos anos.

A população de Moçambique é marcadamente jovem na sua estrutura etária, com 65% dos habitantes com menos de 24 anos, 26% entre 25 e 49 anos e apenas 9% acima dos 50 anos. A distribuição de sexos é muito semelhante, prevalecendo o sexo feminino com 52%.

Figura 5 – Distribuição demográfica em Moçambique (2016)



Fonte: Banco Mundial

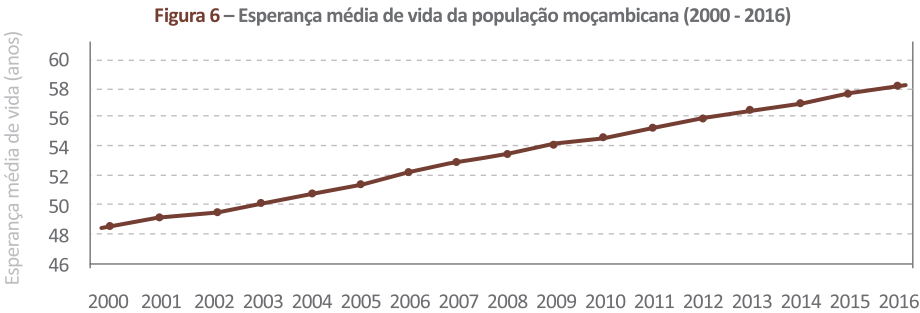
O país tem a 10ª taxa mais elevada do mundo de casamento infantil. Dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011 indicam que 48% das mulheres com idade entre os 20 e 24 anos, casaram antes dos 18 anos, e 14% antes dos 15 anos. No que respeita à gravidez, os dados disponíveis indicam que 8% das adolescentes tiveram o seu primeiro filho antes dos 15 e 40% antes dos 18 anos de idade.

Segundo a Avaliação de Aprendizagem Nacional de 2016, apenas 5% das crianças do 3º ano são capazes de ler e escrever em Português. De acordo com o Inquérito do Orçamento Familiar (IOF), de 2014-2015, os níveis de analfabetismo da população jovem e adulta com idades acima dos 15 anos manteve-se entre os mais altos do mundo, cerca de 45%. No mesmo período, a taxa de alfabetização feminina foi baixa, cerca de 45%, comparando com a taxa masculina, de 73%.

Moçambique enfrenta desafios na prevalência do VIH em adultos com idade compreendida entre os 15 e 49 anos. De acordo com o Inquérito de Indicadores de Imunização (IMASIDA) de 2017, a Malária e o HIV/SIDA, em conjunto, aumentaram de 11,9% (2009) para 13,2% (2015), tendo maior prevalência nas mulheres (15,1%) do que nos homens (10,1%).

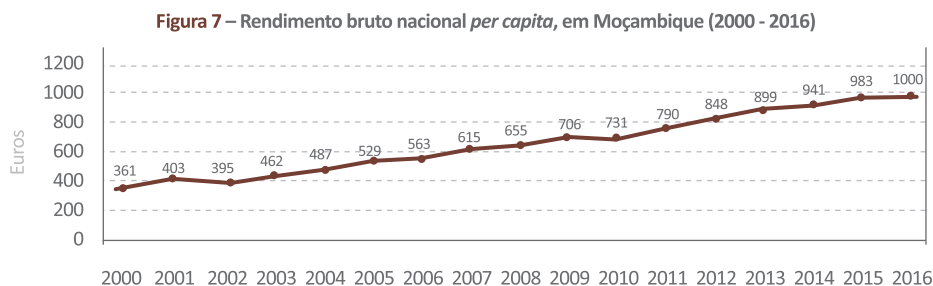
A malária, o saneamento e a desnutrição infantil permanecem questões importantes no país. Estes problemas representam a maioria das causas comuns de morte em Moçambique, sendo responsáveis por cerca de 35% da mortalidade infantil e 29% da população em geral.

Segundo as estatísticas do Banco Mundial, a esperança média de vida em Moçambique, em 2016 era de 58,3 anos, situando-se abaixo da média africana, que corresponde a 60 anos. A esperança média de vida aumentou nove anos entre 2000 e 2015, correspondendo ao crescimento mais rápido desde os anos 60. Entre os 55 países de África, Moçambique tem a 10ª mais baixa esperança média de vida, apesar das recentes melhorias.



Fonte: Banco Mundial

A pobreza continua a ser generalizada e está principalmente concentrada nas zonas rurais, com metade da população a viver abaixo do limiar da pobreza. No que respeita ao rendimento bruto nacional *per capita*, o crescimento é constante ao longo do tempo, o que traduz boas perspetivas, apesar do valor ser muito baixo, cerca de 83,30 €/mês.



Fonte: Banco Mundial

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010, o nível de desigualdades no país é elevado. Em 2003, os 10% mais ricos detinham 39% do rendimento total, enquanto os 10% mais pobres recebiam apenas 2% do rendimento. As mulheres continuam também a sofrer desigualdades. No lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 do PNUD, em Maputo, a Ministra do Género, Criança e Ação Social, reconheceu que as mulheres têm um défice no acesso à justiça, à escola e aos cuidados de saúde.

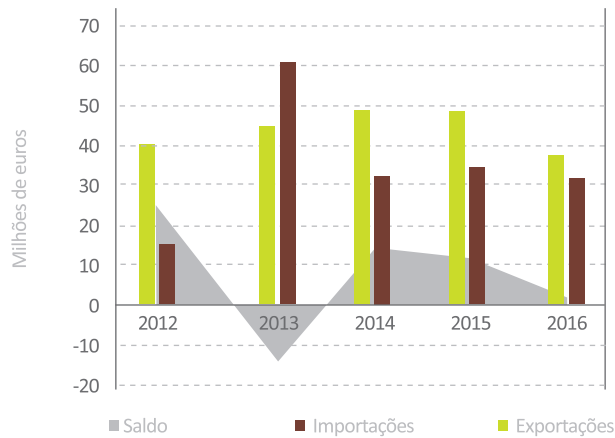
1.6 - Trocas Comerciais do Sector Agroalimentar

No que se refere ao total da economia (incluindo serviços), na média do período 2012-2016, as exportações de produtos portugueses para Moçambique totalizam 467,5 milhões de euros e as importações de produtos moçambicanos por Portugal representam 92,3 milhões de euros, correspondendo a um saldo negativo para Moçambique de cerca de 375 milhões de euros.

Durante o período 2012-2016, no que respeita aos produtos dos sectores agrícola, agroalimentar, mar e florestas:

- Portugal exportou, em média, para Moçambique, 43,9 milhões de euros
- Portugal importou, em média, de Moçambique 35,8 milhões de euros
- Estes sectores representaram cerca de 14,6% do total de exportações de Portugal para Moçambique e cerca de 95,3% do total de importações portuguesas de Moçambique.

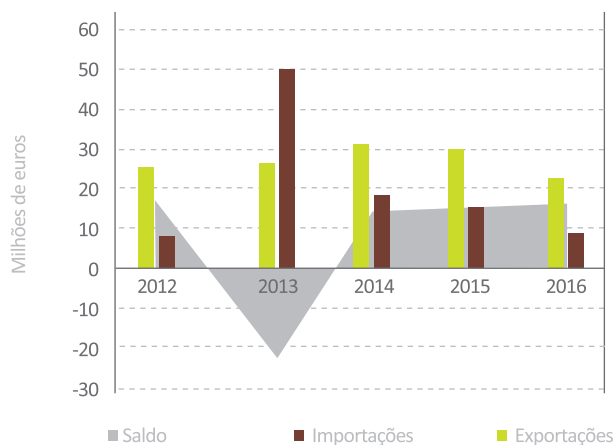
Figura 8 – Evolução da balança comercial dos sectores agrícola, agroalimentar, mar e florestas, Portugal - Moçambique (2012 - 2016)



Fonte: Globalagrinar; GPP a partir do INE/Comércio Internacional (2015 provisórios; 2016 preliminares)

Durante este período, as trocas comerciais do sector agroalimentar mantiveram-se constantes, à exceção do ano 2013, no qual as exportações para Portugal rondaram 50,65 milhões de euros e o saldo da balança comercial foi positivo para Moçambique, correspondendo a um montante de 22,87 milhões de euros.

Figura 9 – Evolução da balança comercial do sector agroalimentar, Portugal - Moçambique (2012 - 2016)

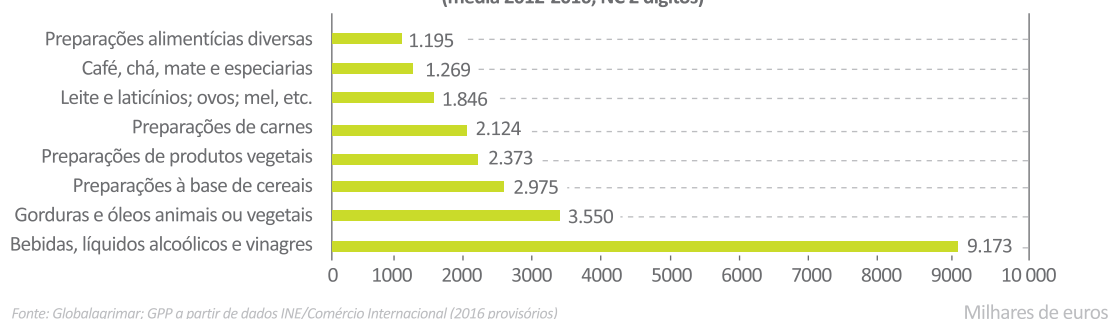


Fonte: Globalagrarmar; GPP a partir do INE/Comércio Internacional (2015 provisórios; 2016 preliminares)

Neste período, as principais exportações agrícolas e agroalimentares de Portugal para Moçambique foram:

- Bebidas, líquidos alcoólicos (principalmente vinho) e vinagres;
- Gorduras e óleos animais e vegetais (principalmente azeite);
- Preparações à base de cereais (principalmente farinhas e extratos de malte).

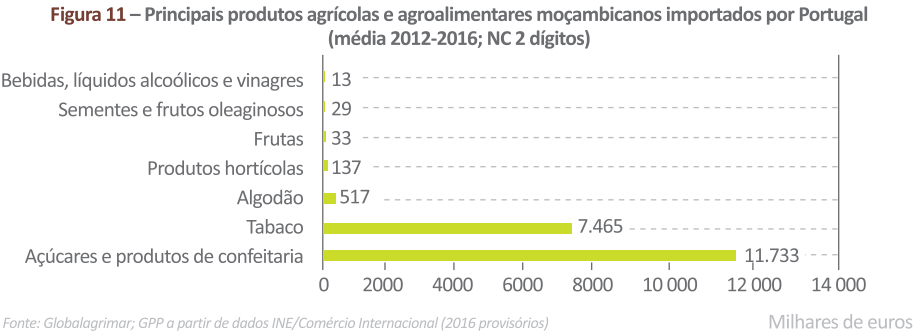
Figura 10 – Principais produtos agrícolas e agroalimentares portugueses exportados para Moçambique (média 2012-2016; NC 2 dígitos)



Fonte: Globalagrarmar; GPP a partir de dados INE/Comércio Internacional (2016 provisórios)

No mesmo período, as importações portuguesas de produtos agrícolas e agroalimentares moçambicanos mais relevantes foram:

- Açúcar e produtos de confeitaria (principalmente açúcar e sacarose pura);
- Tabaco não manufacturado;
- Algodão não cardado nem penteado.



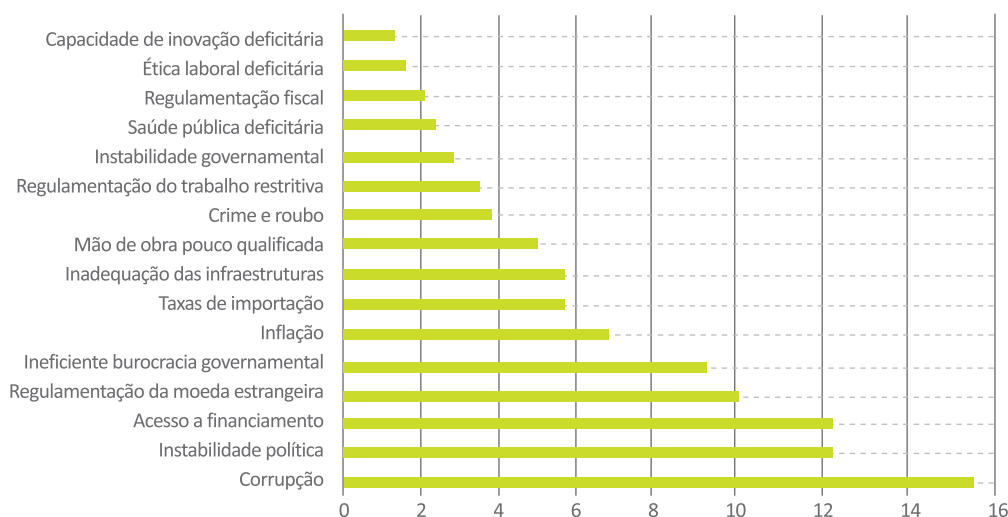
1.7 - Características do Mercado

À semelhança do continente africano, as dificuldades nos negócios em Moçambique são conhecidas: questões fiscais e monetárias, instabilidade política, corrupção e desafios ao nível dos recursos humanos e infraestruturas. No entanto, a língua e as ligações históricas e culturais de Portugal e Moçambique, são fatores chave nos negócios e, posteriormente na entrada de produtos portugueses no mercado moçambicano. A diversidade característica do país sugere a adoção de soluções adequadas a cada Província, sendo aconselhável delinear estratégias apropriadas e específicas de abordagem ao mercado de cada região.

Segundo as previsões do estudo *The Consumer Review 2014, África: Uma Visão do Século XXI*, da Deloitte, as oportunidades de consumo em África têm por base 5 pilares fundamentais: o crescimento exponencial da população, o aumento da classe média, o predomínio de jovens com menos de 25 anos, a rápida urbanização e a rápida aceitação de tecnologias digitais. Segundo este estudo, a população africana está a aglomerar-se nos grandes centros urbanos e a urbanização será um impulsionador da futura atividade económica. Moçambique é um exemplo real deste estudo: é um país com crescimento populacional elevado, principalmente da população urbana e tem uma faixa etária mais jovem que forma uma grande parte da crescente classe média, que procura ter mais e melhor acesso à escolha de bens alimentares e de consumo.

O mercado é fortemente influenciado pela África do Sul, sendo natural que este seja o seu principal cliente e fornecedor, com 28,8% do total. No entanto, os consumidores moçambicanos reconhecem as marcas portuguesas e a sua qualidade, o que cria uma apetência natural para o seu consumo. Entre os produtos que têm maior probabilidade de êxito em Moçambique, encontram-se os produtos alimentares e as bebidas (vinhos).

Figura 12 – Principais problemáticas para a realização de negócios



Fonte: Global Competitiveness Report 2016-2017, WEF

2 - O Sector do Queijo em Moçambique



2 - O Sector do Queijo em Moçambique

2.1 - Mercado de Queijo

Em Moçambique a indústria dos laticínios está muito pouco desenvolvida. Existem algumas unidades fabris onde se produz queijo, mas são de pequena dimensão. No entanto, há registo de alguma produção informal, que acresce à produção destas unidades industriais.

O leite consumido é quase todo importado e por essa razão é um produto oneroso, que nem sempre está disponível no mercado.

Para muitas pessoas é ainda impossível conservar o leite e para os habitantes das zonas rurais, o leite chega a ser um alimento de luxo. Mesmo nas zonas onde existe muito gado, ainda há quem não tenha o hábito de ordenhar os animais para consumir o leite e/ou para produzir queijo.

A Expansão Moçambicana de Oportunidades Agropecuárias e Leiteiras (MERCADO) é uma iniciativa do *Food for Progress*, financiada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA), que pretende aumentar a produtividade agrícola e promover a expansão do potencial comercial entre centenas de produtores de leite, incluindo pequenos agricultores, criadores de gado, pequenas empresas de agronegócios, fábricas de laticínios, cooperativas e fabricantes de rações. A iniciativa baseia-se num trabalho bem-sucedido, desenvolvido com investimentos passados do USDA nas províncias de Manica e Sofala, com vista a desenvolver os investimentos do sector privado em toda a cadeia de valor dos produtos lácteos.

Nesta iniciativa tem participado a *Land O'Lakes International Development* (LOL), que promove o fomento do gado leiteiro nos sectores familiar e privado, presta assistência técnica aos produtores sobre o manejo dos bovinos de leite, facilita a ligação com os mercados e promove exposições dos produtos pecuários. Em 2012, importou cerca de mil cabeças de gado leiteiro para Manica, com o objetivo de criar oportunidades para o desenvolvimento de investimentos na cadeia de valor de leite. A LOL é a maior cooperativa de laticínios dos Estados Unidos da América, cuja divisão de desenvolvimento internacional presta assistência humanitária em África e em países em desenvolvimento.

Apesar das iniciativas implementadas para desenvolvimento do sector agrícola moçambicano e o esforço dos agricultores moçambicanos para o desenvolvimento deste sector, a indústria de laticínios em Moçambique ainda não é uma fonte relevante de subsistência da população rural e não representa um contributo significativo para o PIB.

2.2 - Produção de Queijo

O Instituto Nacional de Estatística da República de Moçambique é o órgão gestor da Classificação Nacional de Bens e Serviços de Moçambique, revisão 2, de 2009 (CNBS-Rev. 2). Segundo este organismo, a produção de queijo e requeijão em Moçambique tem a seguinte classificação:

Quadro 3 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de queijo e requeijão

Divisão	10	Secção C: Produtos das Indústrias Transformadoras Produtos Alimentares
Grupo Classe	50	Lacticínios
Subclasse	1	Leite e derivados
Categoria	6	Queijo e requeijão

Fonte: INE IMZ

A categoria queijo e requeijão (10.50.1.6) compreende:

- 10.50.1.6.10 - Queijos frescos não fermentados e requeijão
- 10.50.1.6.20 - Queijos de pasta dura, semidura ou mole
- 10.50.1.6.30 - Queijos ralados ou em pó
- 10.50.1.6.40 - Queijos fundidos (exceto ralados e em pó)
- 10.50.1.6.90 - Outros queijos (exceto frescos não fermentados, fundidos, ralados e de pasta)

Quadro 4 – Classificação pautal de queijos

NC	Descrição
04.06	Queijos e requeijão
0406.10.00	- Queijos frescos (não curados), incluindo o queijo de soro de leite, e o requeijão
0406.20.00	- Queijos ralados ou em pó, de qualquer tipo
0406.30.00	- Queijos fundidos, exceto ralados ou em pó
0406.40.00	- Queijos de pasta azul e outros queijos que apresentem veios obtidos utilizando <i>Penicillium roqueforti</i>
0406.9	- Outros queijos:
0406.90.10	Queijo fermentado não curado
0406.90.90	Outros queijos

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique

A Nomenclatura Comum Combinada (NC) é a nomenclatura das mercadorias da Comunidade Europeia que satisfaz as exigências das estatísticas do comércio internacional (intra e extracomunitário) e da pauta aduaneira comum, nos termos do artigo 9º do Tratado que instituiu a Comunidade Económica Europeia. O código NC para queijos e requeijão é o 0406.

A produção de queijo em Moçambique é muito escassa e não existem dados disponíveis de produção de leite e queijo fiáveis. As unidades fabris mais representativas são a Agromaco, a DanMoz (www.danmozdairy.com), de origem dinamarquesa, e a Gouda Gold (www.scherjon.eu/scherjon-portfolio/gouda-gold-mozambique), de origem holandesa.

A Agromaco, situada na Província de Manica, tem vindo a criar uma cadeia de valor local, com o objetivo de substituir grande parte do leite importado por leite produzido na região. Deste modo, os agricultores têm forma de escoar o leite e a empresa tem o seu fornecimento de leite fresco assegurado. A Agromaco tem vindo ainda a desenvolver novos produtos, tais como iogurtes e leite com maior validade, e a aproveitar um novo modelo de distribuição de rua e informal.

A Gouda Gold situa-se igualmente na Província de Manica, tendo iniciado a sua atividade em 2006 com a produção de queijo do tipo gouda, num investimento apoiado pelo governo holandês que pretendeu diversificar o sector agrícola nesta região moçambicana. O leite utilizado é proveniente de produtores locais e a comercialização do queijo produzido é efetuada com recurso à sua distribuição por diferentes supermercados, nas principais cidades moçambicanas, empresas de catering, companhias aéreas, etc.

A DanMoz também decidiu instalar-se na Província de Manica, e produz uma ampla gama de iogurtes aromatizados e vários tipos de queijo (Feta, Halloumi e Gouda natural, com pimenta ou piri-piri), destinando-se a sua produção, principalmente, ao consumidor moçambicano. Parte do leite utilizado é produzido pela sua vacada da raça Jersey e outra parte é recolhido em pequenas explorações de agricultores de Manica.

2.3 - Trocas Comerciais de Queijo

Em 2015, Moçambique importou 1.084 toneladas de queijo e requeijão, que representaram 5,625 milhões de euros. Desse montante, Portugal foi responsável por 197 toneladas, que representaram 1,37 milhões de euros.

Em 2016, Moçambique importou 919 toneladas de queijo e requeijão, volume que representou aproximadamente 4,62 milhões de euros. Neste ano, Portugal foi responsável por 104 toneladas, que representaram 697 000 euros.

No que respeita à origem do queijo importado (em volume), cerca de 87% é proveniente da África do Sul e 11% é proveniente de Portugal, sendo os restantes 2% originários de diversos países. De entre os queijos importados, com alguma representatividade, os que registaram maior valor unitário foram os espanhóis (27,12€/kg) e os suíços (26,75€/kg). Os queijos portugueses são importados a um valor médio de 6,71€/kg.

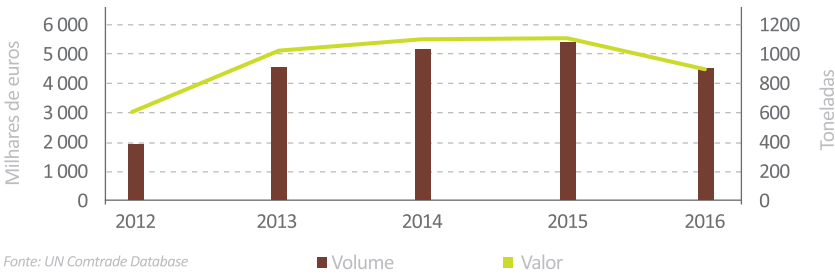
Quadro 5 – Principais origens das importações moçambicanas de queijo e requeijão (2016)

Importações Queijo e Requeijão	Volume (kg)	Valor (€)	Valor Unitário (€/kg)
África do Sul	795.133	3.859.420	4,85
Portugal	103.942	697.147	6,71
França	10.291	16.138	1,57
Dinamarca	4.685	19.194	4,10
Holanda	1.895	7.952	4,20
Emirados Árabes Unidos	1.068	3.641	3,41
Outros	915.946	4.599.850	5,02
Total	918.856	4.618.094	5,03

Fonte: UN Comtrade Database

Uma vez que Portugal é o segundo maior exportador de queijos para Moçambique (em volume) e de entre os maiores exportadores é o que regista maior valor unitário, pode concluir-se que os laticínios portugueses têm boa aceitação no mercado e podem substituir em parte as importações originárias de outros países.

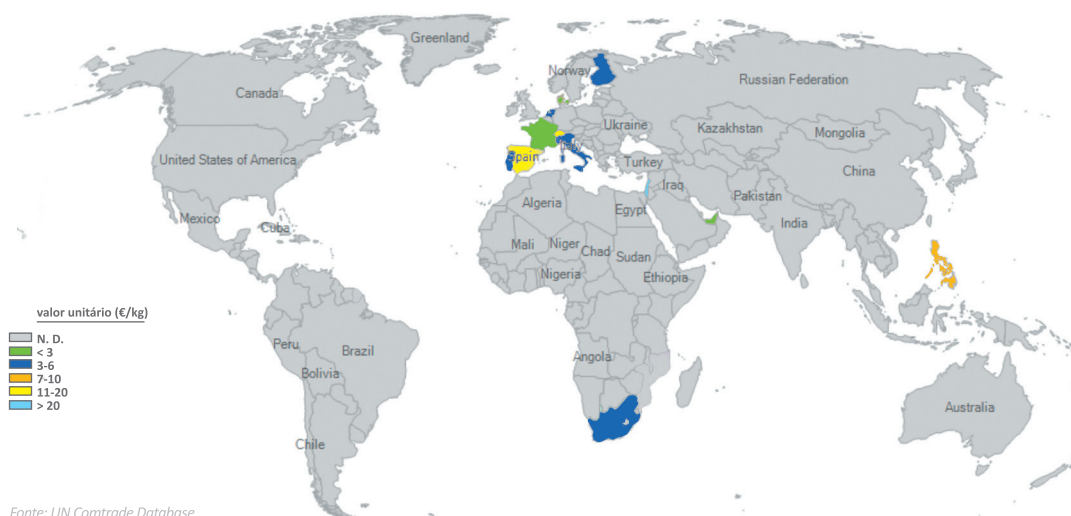
Figura 13 – Evolução das importações moçambicanas de queijo e requeijão (2012 - 2016)



Fonte: UN Comtrade Database

Apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo do volume de queijo importado em 2016, o volume de queijo importado por Moçambique mais do que duplicou nos últimos 5 anos, revelando-se um mercado de elevado potencial para estes produtos.

Figura 14 – Origens do queijo e requeijão; valores unitários (2016)



As exportações moçambicanas de queijo são residuais ou nulas, pois a pouca produção existente é totalmente absorvida pelo mercado interno e os valores registados devem-se maioritariamente a produtos que foram importados para serem posteriormente exportados.

2.4 - Consumo de Queijo

Segundo a FAO, o consumo de leite e laticínios em Moçambique é muito reduzido, especialmente nas áreas rurais. Nas áreas urbanas, é consumido leite fresco e alguns laticínios, tais como o iogurte, a manteiga e o queijo. A informação disponível sobre o consumo de queijo em Moçambique é escassa, desatualizada e nalguns casos inexistente. No entanto, estima-se que, em 2016, o consumo de queijo tenha ultrapassado as mil toneladas (próximo do valor importado).

Apesar de reduzido, o consumo geral de queijo tem vindo a aumentar devido à procura por parte das classes média e alta, essencialmente composta por jovens adultos das zonas urbanas. A comunidade de expatriados, que consomem queijo na sua alimentação diária, também contribui para o aumento do consumo de queijo em Moçambique.

O posicionamento dos queijos tradicionais portugueses e a sua diferenciação pela qualidade e quantidade limitada, que caracteriza grande parte da produção tradicional dos queijos em Portugal, é interessante para posicionar os queijos como produtos de elevado valor acrescentado, que se tornarão apelativos aos consumidores com maior poder de compra.

3 - O Sector dos Enchidos e Presunto em Moçambique



3 - O Sector dos Enchidos e Presunto em Moçambique

3.1 - Mercado de Enchidos e Presunto

Não há tradição de consumo de enchidos e presunto pela esmagadora maioria da população moçambicana. Verifica-se, no entanto, nos últimos anos, um ligeiro acréscimo dos valores do consumo destes produtos, em resultado do aumento do poder de compra das classes mais altas moçambicanas e do aumento do número de estrangeiros residentes em Moçambique, cujos hábitos de consumo incluem este tipo de produtos.

O mercado moçambicano de enchidos e presunto é quase exclusivamente dependente das produções dos países tradicionalmente produtores destes produtos, nomeadamente Portugal e Brasil, e por razões de proximidade, de alguns enchidos produzidos na África do Sul.

O mercado moçambicano apresenta características muito interessantes para as empresas portuguesas. As marcas de enchidos e presunto com maior expressão são: Primor, Probar, Sicasal, Nobre e Izidoro. Estas marcas são sempre associadas a Portugal e a critérios de qualidade muito elevados na produção dos enchidos e outros produtos, o que facilita a entrada de novas marcas.

3.2 - Produção de Enchidos e Presunto

Segundo o Instituto Nacional de Estatística da República de Moçambique, a produção de enchidos e presunto em Moçambique tem a seguinte classificação:

Quadro 6 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de enchidos e presunto

Divisão	10	Secção C: Produtos das Indústrias Transformadoras Produtos Alimentares
Grupo Classe	10	Carnes e produtos resultantes do abate
Subclasse	4	Produtos à base de carne
Categoria	4	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue

Fonte: INE MZ

A categoria enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue (10.10.4.4) compreende:

- 10.10.4.4.10 - Enchidos de fígado
- 10.10.4.4.20 - Chouriço de sangue
- 10.10.4.4.30 - Chouriço de carne
- 10.10.4.4.40 - Linguiça
- 10.10.4.4.50 - Salsichão
- 10.10.4.4.60 - Mortadela
- 10.10.4.4.90 - Outros enchidos de carne n.e.

Os enchidos e presunto estão com o código na pauta aduaneira de 1601.

Quadro 7 – Classificação pautal de enchidos e presunto

NC	Descrição
1601.00.00	Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue; preparações alimentícias à base de tais produtos.

Fonte: INE

A produção de enchidos em Moçambique é praticamente inexpressiva, sendo a sua comercialização efetuada quase em exclusivo no mercado informal.

3.3 - Trocas Comerciais de Enchidos e Presunto

A principal origem dos enchidos e presunto importados por Moçambique são Portugal, Brasil e África do Sul, que juntos representam mais de 90% dos enchidos e presunto transacionados no mercado moçambicano.

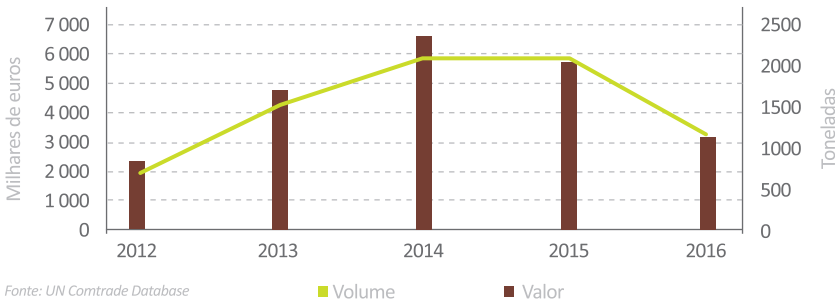
Portugal é a principal origem dos enchidos e presunto, sendo associado a produtos de maior qualidade e tradição. O volume das importações de enchidos, provenientes da África do Sul, acompanham o elevado número de trocas comerciais entre estes dois países, em diferentes produtos alimentares. As importações do Brasil têm um valor médio inferior a metade do valor médio das importações de Portugal, revelando que se tratam de produtos de valor percecionado inferior ao português.

Quadro 8 – Principais origens das importações moçambicanas de enchidos e presunto (2016)

Importações de Enchidos e Presunto	Volume (kg)	Valor (€)	Valor Unitário (€/kg)
Portugal	457.401	1.665.989	3,64
África do Sul	222.792	716.401	3,22
Brasil	338.416	506.064	1,50
Suíça	11.716	61.736	5,27
Afeganistão	23.997	39.079	1,63
Itália	28.908	38.461	1,33
Outros	56.444	74.151	1,31
Total	1.139.674	3.101.878	2,72

Fonte: UN Comtrade Database

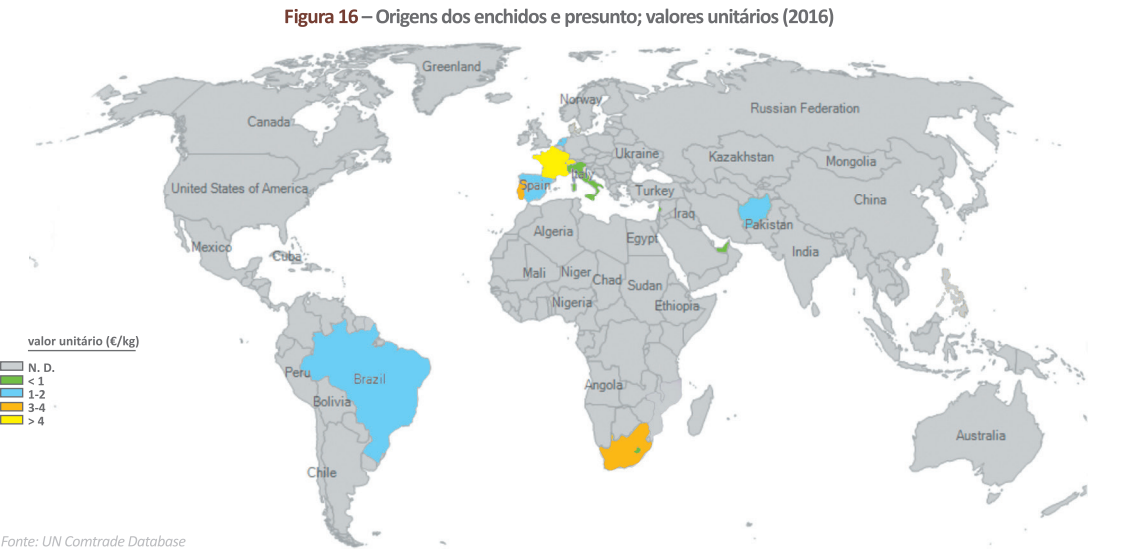
Figura 15 – Evolução das importações moçambicanas de enchidos e presunto (2012 - 2016)



Em 2015, Moçambique importou cerca de duas mil toneladas de enchidos e presunto, no valor de 5,88 milhões de euros, tendo sido Portugal a principal origem destes produtos, representando 776 toneladas, no valor de 3,38 milhões de euros.

Em 2016 as importações de enchidos e presunto diminuíram consideravelmente, ultrapassando ligeiramente as mil toneladas, representando um pouco mais de três milhões de euros. Apesar da diminuição do valor unitário (2,72€/kg) em comparação com o ano anterior (2,85€/kg), Portugal manteve-se no 1º lugar do ranking dos países originários destes produtos, registando-se cerca de 457 toneladas (40% do total) que representaram 1,67 milhões de euros (54% do total).

No mesmo ano, os enchidos e presunto importados com maior valor unitário foram os franceses (8,77€/kg), seguidos dos suíços (5,27€/kg) e dos portugueses (3,64€/kg). No entanto, o volume de enchidos e presunto importados de Portugal representa 40% do volume total importado e os de França e Suíça, juntos, representam menos de 2% do volume total importado.



As exportações de enchidos e presunto são residuais ou nulas, pois a produção residual existente é totalmente absorvida pelo mercado interno. As exportações registadas devem-se quase exclusivamente a produto que foi importado para posteriormente ser exportado.

3.4 - Consumo de Enchidos e Presunto

Apesar da escassez de dados, em média, nos últimos anos, o consumo de enchidos e presunto cifrou-se num volume a rondar as duas mil toneladas (próximo do valor importado).

Os enchidos e presunto portugueses são muito apreciados e os mais procurados, especialmente em Maputo, por parte das classes mais altas e dos expatriados portugueses, brasileiros e de outras origens. Os enchidos e presunto portugueses são entendidos pelos consumidores moçambicanos como produtos de difícil acesso, sendo a sua qualidade reconhecida e preferida em detrimento de produtos de vários outros países.

Os consumidores moçambicanos estão mais informados e evitam os riscos da compra deste género de produtos no comércio informal, procurando produtos seguros, de qualidade superior e refrigerados. Os enchidos e presunto portugueses devem ter em consideração que podem ter mais sucesso se fizerem alusão à frescura, à qualidade do produto e à segurança do seu consumo, contrapondo com os perigos da compra no mercado informal.

O consumo de enchidos e presunto, em média, nos últimos anos, representou um pouco mais de três milhões de euros, revelando-se um mercado com um valor bastante considerável e em que os produtos portugueses têm excelente aceitação, sendo possível aumentar o volume e o valor exportados para Moçambique, seja pelo crescimento expectável do consumo, seja pela substituição de produtos originários de outras geografias.

4 - O Sector do Azeite em Moçambique



4 - O Sector do Azeite em Moçambique

4.1 - Mercado de Azeite

A tradição de consumo de azeite pela população moçambicana resulta da influência portuguesa nos hábitos alimentares do país, verificando-se, nos últimos dois anos, um ligeiro decréscimo no valor do consumo de azeite.

O mercado moçambicano de azeite é totalmente dependente das produções dos principais produtores mundiais de azeite, nomeadamente Portugal, Itália e Espanha e ainda, por razões de proximidade, da África do Sul.

As marcas de azeite mais difundidas em Moçambique são a Gallo e a Oliveira da Serra, as duas principais marcas de azeite português, que lideram igualmente a preferência dos consumidores no mercado moçambicano.

4.2 - Produção de Azeite

Segundo o Instituto Nacional de Estatística da República de Moçambique, a produção de azeite em Moçambique tem a seguinte classificação:

Quadro 9 – Classificação Nacional de Bens e Serviços respeitante à produção de azeite

Divisão	10	Secção C: Produtos das Indústrias Transformadoras Produtos Alimentares
Grupo Classe	40	Óleos e gorduras animais e vegetais
Subclasse	1	Óleos, gorduras, vegetais, brutos, bagaços e suas frações
Categoria	1	Óleos vegetais brutos
Subcategoria	3	Azeite virgem (bruto) não quimicamente modificado

Fonte: INE MZ

Para além do azeite virgem (bruto) não quimicamente modificado, a categoria óleos vegetais brutos (10.40.1.) compreende também:

- 10.40.1.1.0 - Óleo de soja bruto, não quimicamente modificado
- 10.40.1.2.0 - Óleo de amendoim bruto, não quimicamente modificado
- 10.40.1.4.0 - Óleos de girassol e de cártamo brutos, não quimicamente modificados
- 10.40.1.5.0 - Óleo de algodão bruto e suas frações, não quimicamente modificado
- 10.40.1.6.0 - Óleos de nabita, de colza e de mostarda e suas frações, brutos, não quimicamente modificados
- 10.40.1.7.0 - Óleo de palma bruto, não quimicamente modificado
- 10.40.1.8.0 - Óleo de côco (óleo de copra) e suas frações, brutos, não quimicamente modificados
- 10.40.1.9.0 - Outros óleos vegetais n.e e respetivas frações brutos, não quimicamente modificados

Quadro 10 – Classificação pautal de azeite

NC	Descrição
1509	Azeite de oliveira (oliva) e respetivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
1509.10.00	- Virgens
1509.90.00	- Outros
1510.00.00	Outros óleos e respetivas frações, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou frações com óleos ou frações da posição 15.09.

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique

O código NC para a descrição do produto é o 1509.

Não há registos de produção de azeite em Moçambique, o que significa que todo o azeite consumido é importado.

4.3 - Trocas Comerciais de Azeite

Em 2015, Moçambique importou cerca de 745 toneladas de azeite que, em valor, representaram cerca de 1,97 milhões de euros. Portugal foi a principal origem deste azeite, representando cerca de 675 toneladas e 1,73 milhões de euros.

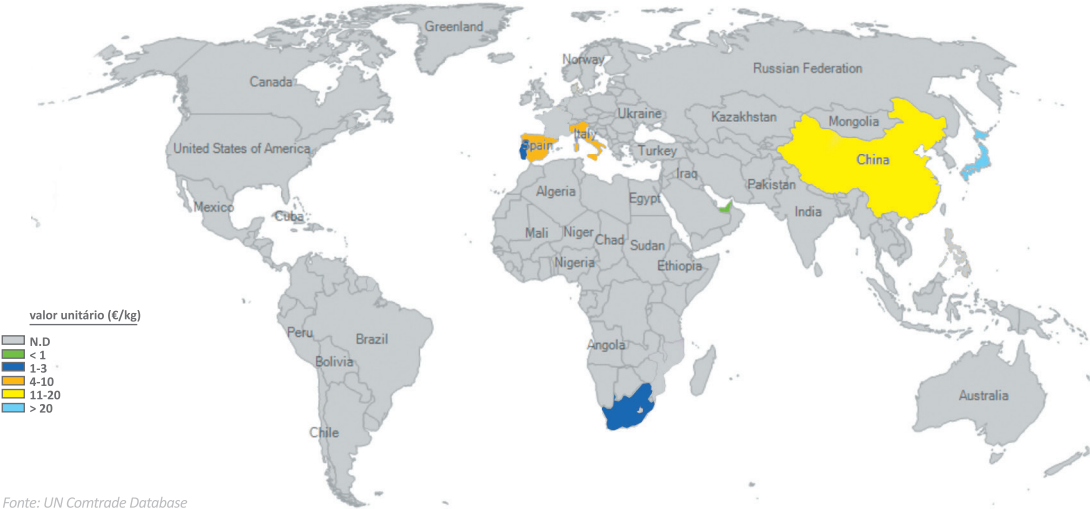
Em 2016, o volume importado aumentou ligeiramente, face ao ano anterior, mas, em valor diminuiu. Moçambique importou cerca de 802 toneladas de azeite que, em valor, representaram cerca de 1,77 milhões de euros. Cerca de 83% do volume total importado foi proveniente de Portugal. Das 3 origens com maior representatividade, o azeite com maior valor médio unitário foi o espanhol (3,87€/kg). O azeite português registou um valor médio de 2,23€/kg.

Quadro 11 – Principais origens das importações moçambicanas de azeite (2016)

Importações de Azeite	Volume (kg)	Valor (€)	Valor Unitário (€/kg)
Portugal	665.170	1.484.231	2,23
África do Sul	88.036	186.289	2,12
Itália	20.721	66.509	3,21
Emirados Árabes Unidos	20.227	1.682	0,08
Espanha	7.295	28.236	3,87
Outros	184	2.970	0,23
Total	801.633	1.769.916	2,21

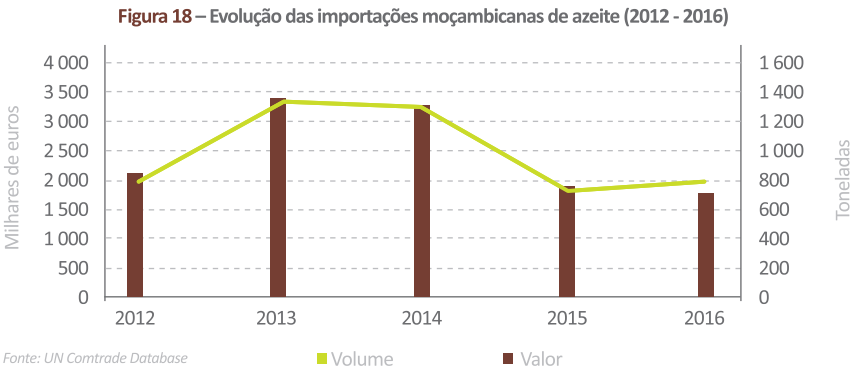
Fonte: UN Comtrade Database

Figura 17 – Origens do azeite; valores unitários (2016)



Em 2013 e 2014 registou-se um aumento considerável do volume e do valor das importações de azeite. No entanto, em 2015 houve um decréscimo acentuado destes valores, registando-se um volume e valor das importações próximo do verificado em 2012.

As exportações de azeite são inexpressivas. As exportações registadas devem-se exclusivamente a produto que foi importado para posteriormente ser exportado.



4.4 - Consumo de Azeite

A cozinha moçambicana tem algumas influências da cozinha portuguesa, da qual o azeite é parte integrante.

Os azeites portugueses são sinónimo de qualidade e confiança para o consumidor moçambicano e à medida que aumenta o poder de compra, os consumidores tendem a experimentar novas marcas e novos tipos de azeite. No entanto, neste sector não existe fidelização à marca por parte do consumidor. O preço é o principal fator de escolha, embora se verifique que a qualidade é cada vez mais importante.

Os expatriados portugueses e brasileiros encontram-se entre os principais consumidores de azeite, uma vez que o usam na sua alimentação quase diariamente. As classes moçambicanas mais altas estão a aumentar igualmente a procura por alimentos mais saudáveis e o azeite, enquanto parte da dieta mediterrânica, afigura-se como um alimento cada vez mais procurado por esta franja de consumidores com maior poder de compra.

Apesar da escassez de dados, em 2016, o consumo de azeite foi certamente superior a 800 toneladas (próximo do valor importado).

5 - Acesso ao Mercado



5 - Acesso ao Mercado

5.1 - Exportação - Normas e Procedimentos

Para dar início ao processo de exportação de quaisquer produtos alimentares para Moçambique, as empresas portuguesas devem garantir que os importadores efetuaram o seu registo no Ministério da Indústria e Comércio (MIC), que emite um cartão de identificação, atestando a autorização para o operador da importação desenvolver a sua atividade, o Documento Único (DU). O DU constitui a fórmula de despacho aduaneiro de todas as mercadorias que entram ou saem de Moçambique, independentemente do regime aduaneiro aplicável.

Dependendo do regime a aplicar e do meio de transporte utilizado, o DU deverá ser acompanhado por:

- Prova da autorização de importador do MIC;
- Documento de trânsito (caso necessário);
- Faturas originais;
- DU certificado (caso seja efetuada inspeção pré-embarque);
- Título de propriedade, conhecimento de embarque, carta de porte aéreo, aviso de chegada, etc.;
- Certificado de origem (se aplicável);
- Guia de emolumentos (caso seja requerida a verificação, fora das horas normais de expediente);
- Outros documentos, tais como: autorização de isenções, certificado fitossanitário, licença dos serviços de veterinária, etc.

A documentação geral e específica exigida para a importação de mercadorias em Moçambique pode ser consultada na opção “Procedures and Formalities” http://madb.europa.eu/madb/datasetPreviewFormIFpubli.htm?datacat_id=IF&from=publi da *Market Access Database* (MADB). Nesta página de internet pode obter-se informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação, a licença de importação, as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

O DU e os documentos que o acompanham serão tramitados para desembaraço nas estâncias aduaneiras onde os bens e mercadorias se encontrem depositados. Os DU relativos a bens e mercadorias depositadas em armazéns de regime aduaneiro serão entregues e tramitados na estância aduaneira da respetiva jurisdição.

Para pequenas encomendas comerciais, usando o Documento Único Abreviado (DUA), e para o sistema simplificado, usando o Documento Simplificado (DS), a declaração será entregue nas estâncias aduaneiras designadas pelo Diretor Geral das Alfândegas. No entanto, a declaração e os documentos que a acompanham devem ser submetidos eletronicamente pelo declarante ou seu representante a partir de qualquer ponto do país, sendo suficiente a indicação da estância aduaneira onde as mercadorias estão depositadas ou onde se pretende desembaraçar.

A declaração aduaneira de importação é apresentada no momento de chegada das mercadorias ou antes, desde que as alfândegas tenham à disposição o manifesto de carga.

No que respeita a prazos, o declarante tem:

- 10 dias úteis para efetuar o pagamento dos direitos e imposições devidas no DU (a contar da data em que é emitido o respetivo aviso de pagamento);
- 60 dias para levantar o DU certificado emitido pela empresa de inspeção pré-embarque (a contar da data de emissão do DU certificado);
- Após a chegada da mercadoria ao país, o importador tem 25 dias para levantar a mercadoria, findos os quais esta é considerada abandonada e inicia-se um processo a favor do Estado por abandono da mercadoria, seguindo a mesma para um armazém para ser leiload.

Alguns dos produtos importados por Moçambique estão sujeitos a inspeção pré-embarque, estando este processo a cargo da *Intertek Group*. Neste processo é verificado o preço, a classificação pautal e correspondentes direitos aduaneiros. A lista de produtos sujeitos a inspeção pré-embarque de mercadorias foi definida pelo Diploma Ministerial n.º 19/2003, de 19 de fevereiro, tendo posteriormente sofrido atualizações, sendo a última de 1 de Setembro de 2010. Esta lista inclui carnes e óleos alimentares, entre outros produtos. Para se ter acesso a informação atualizada ou a possíveis exceções ao regime de inspeção deverá ser consultado o site da *Intertek* (<http://www.intertek.com/government/pre-shipment-inspection/exports/mozambique/>).

Caso os produtos a importar estejam sujeitos ao regime de inspeção pré-embarque, o *Pre-Advice Form* (PAF) deverá ser preenchido e enviado para a *Intertek*, que por sua vez entra em contacto com o exportador, através do envio do Request For Information (RFI), onde são solicitadas as informações necessárias para a realização da inspeção. Após a inspeção, a *Intertek* emitirá o Documento Único. Quando a importação e a correspondente fatura pró-forma incluem produtos isentos e sujeitos a inspeção todos os produtos serão inspecionados. No caso das mercadorias exportadas a partir de Portugal, são os escritórios da *Intertek* em Inglaterra que gerem os pedidos efetuados. Quando as mercadorias a exportar não são sujeitas a inspeção pré-embarque, o DU entrega-se diretamente às alfândegas, para desembaraço aduaneiro.

Para simplificar o ambiente de negócios em Moçambique, na vertente aduaneira, foi criado o sistema de Janela Única Eletrónica (JUE). Este sistema informático envolve dois subsistemas: o *TradeNet* (responsável pela gestão da submissão de informação padronizada pelos operadores do comércio) e o *Customs Management System* (CMS) (responsável pelo processamento das declarações submetidas às alfândegas e outras agências do governo). Neste sistema, aconselha-se a utilização da funcionalidade “Busque & Encontre” ([https://www.mcnet.co.mz/Files/Documents/WI-\(MZ\)-GIS-MS-101P---Busque-e-Encontre---Instrucao.aspx](https://www.mcnet.co.mz/Files/Documents/WI-(MZ)-GIS-MS-101P---Busque-e-Encontre---Instrucao.aspx)). Esta ferramenta proporciona aos operadores de comércio externo, de entre eles, gestores do sector logístico, *procurement* e comerciais, a possibilidade de acompanharem o ponto de situação dos seus processos aduaneiros no sistema sem recorrerem aos representantes das alfândegas.

5.2 - Principais Restrições

As empresas portuguesas que pretendam exportar produtos de origem animal e vegetal devem informar-se previamente sobre a possibilidade de realizar a operação, respetivamente, na Divisão de Internacionalização e Mercados e na Direção de Serviços de Sanidade Vegetal, da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) em Portugal.

Pode não ser possível exportar determinado tipo de bens para Moçambique pelo facto de Portugal não se encontrar habilitado para a sua exportação (necessidade de acordo entre os serviços veterinários/fitossanitários de Portugal e Moçambique no que se refere ao procedimento e/ou modelo de certificado sanitário/fitossanitário).

As barreiras não tarifárias às exportações do sector agroalimentar podem ser consultadas no Portal GlobalAgriMar, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (<http://213.30.17.29/GlobalAgriMar/entraves.html>).

Podem existir produtos que, apesar de não constarem na lista de constrangimentos à exportação, Portugal não esteja habilitado a exportar para Moçambique. Pode nunca ter existido qualquer intenção de exportação por parte de empresas portuguesas para determinado produto, condição indispensável para a DGAV iniciar o processo de habilitação.

Relativamente à tributação, a pauta aduaneira segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), sendo os direitos aduaneiros calculados numa *base ad valorem* (embora existam, também, direitos específicos e direitos mistos) sobre o valor *Cost, Insurance and Freight* (CIF) das mercadorias. Para além dos direitos alfandegários, os produtos importados estão ainda sujeitos ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e ao Imposto sobre Consumos Específicos (ICE).

5.3 - Acordos de Comercialização

Com vista a reforçar o desenvolvimento das relações bilaterais entre Portugal e Moçambique foram assinados os seguintes Acordos/Convenções:

- Convenção sobre Segurança Social (em vigor desde 1 de julho de 2017)
- Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (em vigor desde 1 de maio de 2010), bem como o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique (em vigor desde 1 de agosto de 2010), alterado pela Portaria n.º 76-A/2014, de 24 de março
- Protocolo de Revisão da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (em vigor desde 7 de junho de 2009)
- Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos (em vigor desde 31 de outubro de 1998)
- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (em vigor desde 5 de dezembro de 1993)

No que respeita a tratamento preferencial e a acordos de comércio preferencial, regista-se:

- Tratamento preferencial – benefício que se dá a uma determinada mercadoria que, quando acompanhada de um Certificado de Origem, usufrui de redução ou eliminação de direitos aduaneiros;
- Acordos de comércio preferencial – compromissos que os países aceitam e validam para que as mercadorias usufruam de um tratamento preferencial na importação ou na exportação;
- Certificado de origem – documento que comprova a origem da mercadoria para fins de obtenção de tratamento preferencial (note-se que para cada acordo existe um certificado de origem específico).

As mercadorias que podem beneficiar de tratamento preferencial em Moçambique são as provenientes ou as que se dirigem aos países ou grupos de países com os quais Moçambique tem acordos de comércio preferencial, entre os quais a União Europeia, tal como regulado nos Acordos de Parceria Económica (APE).

Neste caso, os importadores devem adquirir as mercadorias em fornecedores autorizados a exportar no âmbito do comércio preferencial, dado que estes são os que cumprem as regras de origem acordadas entre os países. Assim, devem submeter nas alfândegas o DU de importação e os documentos de apoio, incluindo o certificado de origem (obtido pelo fornecedor no local de origem das mercadorias).

5.4 - Logística

Segundo a Câmara de Comércio e Indústria Juvenil Moçambicana, mais de sete milhões de agentes económicos moçambicanos trabalham no sector informal. Os agentes estão distribuídos por diferentes sectores de atividade, com destaque para a agricultura, e contribuem com mais de 60% do PIB do país. O sector informal contribui, com mais de 80%, para a taxa de emprego do país. Existe necessidade de formalizar as atividades económicas, a nível nacional, porém há desafios difíceis a ultrapassar.

Os principais agentes económicos da distribuição a operar em Moçambique são: Delta Trading & Cª, Pick 'n Pay, Premier Super Spar, Shoprite Propco Moçambique, Recheio Cash & Carry Moçambique, Sonae Moçambique e Tropigalia.

Quadro 11 – Principais agentes económicos do sector alimentar a operar em Moçambique

Empresas
A & L Enterprises, Lda
África Comercial & Irmãos, Lda
Africom (Charani Group)
Armazéns Atlântico Comercial, Lda
Armazéns Blue / Mercado Ideal
Atlantindico
Best Catering International
Cicoti, Lda
Comércio e Investimentos, Lda
Companhia Industrial da Matola
Delicious
Delta Trading & Cª, Lda
Dincore - Comércio de Produtos Alimentares, Lda
Distrimoz
Fermor - Participações e Investimentos, Lda
Fontes, Lda
Game Discount World Mozambique, Lda
Gani Comercial, Lda
Gelmar
Gradual Comércio Importações, Lda
Grupo Gulamo
Híper Maputo (Grupo MBS)
Kitoko Trading
Líder Lda. / Mahomed & Companhia Lda.
Mafe-Alimentar Lda
Marin Trading, Lda
MCD - Marulo Comércio e Distribuição, Lda
MDS - Moçambique, Distribuição e Serviços
Mega Distribuição de Moçambique, Lda
Mini Preço, Lda / Restaurante Taverna
Mirage, Lda
Moçambique Terramar Trading
Mosimport Lda
Osman Ebrahim & Cª
Pick 'n Pay
Prapesca - Companhia de Pescas de Moçambique, Lda

Quadro 11 – Principais agentes económicos do sector alimentar a operar em Moçambique (cont.)

Empresas
Premier Super Spar
Procongel, Lda
Shoprite Propco Moçambique, Lda
Recheio Cash & Carry, Lda
Sodial - Sociedade de Distribuição Alimentar, Lda
Sodil
Soprope, Lda
Sonae Moçambique
Supermercado LM
Tropigalia
Unibasma
Uniconfiança
Woolworths Moçambique, Lda

Fonte: Rede de Cooperação da Fileira das Tecnologias e Serviços do Agronegócio 2014

A distribuição moderna ainda está em expansão em Moçambique, quer ao nível do comércio por grosso, quer ao nível do retalho. Os primeiros supermercados surgiram no país no início da década de 90 e a introdução do conceito de hipermercado aconteceu apenas nos últimos anos, com a abertura do HiperMaputo. A construção dos primeiros centros comerciais do país também foi recente.

Apesar deste desenvolvimento, o comércio tradicional e o sector informal continuam a ter uma grande expressão na distribuição. Em Moçambique, a rede de mercados públicos oficiais, onde estes operadores informais operam, têm um papel de grande relevo.

Existe um pequeno grupo de grandes importadores a operar em Moçambique, com destaque para algumas empresas asiáticas. A restante distribuição é dividida por um grande número de pequenos importadores. No que respeita ao comércio por grosso de produtos frescos, o mercado é dominado por um vasto conjunto de pequenos operadores.

40% das empresas a operar no retalho moçambicano são asiáticas, com particular predominância nos pequenos retalhistas. No entanto, existem alguns grupos retalhistas com particular destaque provenientes da África do Sul.

6 - Entidades Oficiais e Outras



6 - Entidades Oficiais e Outras

6.1 - Em Portugal

Embaixada de Moçambique em Lisboa

Av. de Berna, 7

1050-036 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 961 672 | Fax: +351 217 932 720

E-mail: geral@embamoc.pt | <http://embaixadademocambique.weebly.com/>

AICEP Portugal Global

Lisboa:

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 909 500

Porto:

Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto.

4050-012 Porto – Portugal

Tel.: +351 226 055 300

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Palácio Conde de Penafiel

Rua de São Mamede ao Caldas, 21

1100-533 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 213 928 560 | Fax: +351 213 928 588

<http://www.cplp.org/>

Câmara de Comércio Portugal – Moçambique

Rua Artilharia Um, nº 104 - 5º Esq.

1070-015 Lisboa

Tel.: +351 213 465 392 | Fax: +351 213 479 773

E-mail: geral.lisboa@ccpm.pt | <http://www.ccpm.pt>

6.2 - Em Moçambique

Embaixada de Portugal em Maputo

Av. Julius Nyerere, 720
4696 – Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 490 316 | Fax: +258 21 491 172
E-mail: embaixada@embpormaputo.org

AICEP Portugal Global – Escritório de Maputo

Av. Julius Nyerere, 720 - 12º
Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 490 523/402 | Fax: +258 21 490 203
E-mail: aicep.maputo@portugalglobal.pt

Câmara de Comércio de Moçambique - Portugal

Av. 25 de setembro - Nº 1123, Prédio Cardoso, 4º Andar - C
Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 304 580
E-mail: ccmp@ccmp.org.mz | [http://www.ccmp.org.mz/aicep Portugal Global](http://www.ccmp.org.mz/aicep%20Portugal%20Global)

Câmara de Comércio Portugal – Moçambique

Centro de Escritórios do Hotel Rovuma
Rua da Sé, 114 – 4º andar, sala 27
Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 300 232 | Fax: +258 21 300 232
E-mail: geral.maputo@ccpm.pt | <http://www.ccpm.pt/>

CPI – Centro de Promoção de Investimentos

Rua da Imprensa, 332 – r/c
Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 313 310 | Fax: +258 21 313 325
E-mail: info@cpi.co.mz | <http://www.cpi.co.mz/>

Banco de Moçambique (Banco Central)

Av. 25 de setembro, 1695
Maputo – Moçambique
Tel.: +258 21 354 600 | Fax: +258 21 323 24/7
<http://www.bancomoc.mz> | <http://www.bancomoc.mz>

Government and Trade Services Mozambique (Intertek)

Rua da Namaacha, 492

Maputo – Moçambique

Tel.: +258 21 407 870 | Fax: +258 21 407 885

E-mail: info.africa@intertek.com

Delegação da União Europeia na República de Moçambique

Avenida Julius Nyerere, 2820

Caixa Postal 1306

Maputo – Moçambique

Tel.: +258 21 481 000 | Fax: +258 21 491 866

E-mail: delegation-mozambique@eeas.europa.eu | http://eeas.europa.eu/delegations/mozambique/index_en.htm

7 - Outras Informações



7 - Outras Informações

Feriados nacionais:

1 de janeiro - Dia da Fraternidade Universal
3 de fevereiro - Dia dos Heróis Moçambicanos
7 de abril - Dia da Mulher Moçambicana
1 de maio - Dia Internacional dos Trabalhadores
25 de junho - Dia da Independência Nacional
7 de setembro - Dia da Vitória
25 de setembro - Dia das Forças Armadas
4 de outubro – Dia da Paz e Reconciliação
25 de dezembro - Dia da Família/Natal

Horários de funcionamento:

- Serviços públicos – 7h30-15h30 (segunda-feira a sexta-feira)
- Comércio – 8h30-12h30/14h30-18h30 (segunda-feira a sexta-feira), centros comerciais: 9h00-21h00
- Bancos – 8h00-15h00 (segunda-feira a sexta-feira)
- Escritórios – de 2ª a 6ª feira das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Algumas instituições cumprem o horário das 7h30 às 15h30

8 - Notas Finais



8 - Notas Finais

Apesar de ser um dos países mais pobres do mundo, Moçambique tem um mercado de oportunidades reais de negócio para produtos alimentares, como é o caso dos queijos, enchidos, presunto e azeite tradicionais portugueses.

O mercado dos queijos revela-se muito interessante, nomeadamente porque há pouca disponibilidade de queijo no mercado e a tendência da procura é crescente. O queijo é um produto muito apreciado pelos expatriados e pelos consumidores moçambicanos das classes mais altas, o que confirma o facto dos queijos tradicionais portugueses poderem, efetivamente, conquistar o mercado de Moçambique pela qualidade e diferenciação.

Apesar não haver muita tradição de consumir enchidos e presunto em Moçambique, o consumo destes produtos também é reduzido pelo facto de se exportar pequenos volumes a preços muito elevados. A variedade de enchidos e presunto portugueses, com características de sabor e textura típicos e os saberes das pessoas das diferentes regiões, confere-lhes uma qualidade, diversidade e especificidade unicamente encontradas em Portugal. Estes produtos têm uma oportunidade ímpar no mercado moçambicano, conquistando-o pelo preço e pela qualidade.

Portugal é a principal origem do azeite importado em Moçambique. Enquanto Moçambique for altamente dependente do exterior para o abastecimento de azeite, o azeite virgem extra português terá sempre espaço no mercado. A tendência de crescimento do consumo de azeite está diretamente ligada ao aumento do poder de compra do consumidor moçambicano.

Nos últimos anos a situação económica de Moçambique agravou-se, a inflação disparou, a moeda desvalorizou e o poder de compra reduziu, levando ao decréscimo do valor das importações, de uma forma geral e em quase todos os produtos.

As importações moçambicanas estão sempre dependentes da situação macroeconómica e apesar do consumidor moçambicano apreciar produtos tradicionais portugueses, em certos períodos, tem deixado de os poder comprar, registando-se oscilações consideráveis nos volumes importados.

O sucesso da exportação depende ainda, em grande medida, de uma bem-sucedida estratégia de promoção dos produtos no mercado moçambicano, especialmente quando se trata de bens alimentares, cujos atributos de preço, marca e cada vez mais a qualidade, exercem um papel importante na escolha dos consumidores.

9 - Fontes

<http://www.portugalglobal.pt/> - AICEP Portugal Global

<http://213.30.17.29/GlobalAgriMar/> - GlobalAgriMar

<http://www.worldbank.org> - The World Bank

<https://www.ine.pt/> - Instituto Nacional de Estatística

<https://www.bportugal.pt/> - Banco de Portugal

<https://www.weforum.org/> - World Economic Forum (WEF)

<http://faostat.fao.org/> - Food and Agriculture Organization

<http://www.masa.gov.mz/> - Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

<https://cipmoz.org/> - Centro de Integridade Pública

<https://comtrade.un.org/> - United Nations Comtrade Database

<http://www.trademap.org/> - Trade Map, Market Analysis and Research, International Trade Centre

<https://www.export.gov/> - Transportes de Moçambique

<https://www.afdb.org/> - African-Statistical-Yearbook 2017

Ficha técnica

Título: Guia de Abordagem ao Mercado Moçambicano

Autor: AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Lisboa | 2018

Grafismo e Paginação: Miguel Inácio

Impressão: GMT Gráficos

Tiragem: 1000 ex.

Depósito Legal: 446192/18

ISBN: 978-989-8319-34-0

Distribuição Gratuita

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108-2º, 1269-128 Lisboa

Tel.: + 351 213 244 970 | ajap@ajap.pt

www.ajap.pt

